



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR TADEU CALHEIROS

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 139/2022

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife o “Dia da Junta Governativa Constitucional de Goiana”.

Art. 1º Fica instituído o “Dia da Junta Governativa Constitucional de Goiana” no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife.

Parágrafo único. O Evento de que trata o *caput* será comemorado anualmente no dia 29 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 30 de Março de 2022.

IVAN MORAES
Vereador – PSOL

TADEU CALHEIROS
Vereador – Podemos





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR TADEU CALHEIROS

JUSTIFICATIVA

Aproxima-se o momento em que todos os recantos do país irão estudar e celebrar a Independência do Brasil, tendo em vista que em 2022 ocorrerá seu bicentenário. Todavia, insta salientar que não em outro local, mas sim em Pernambuco, fora lançada, em 1821, a semente da história nacional e do movimento constitucionalista. A Independência do Brasil, portanto, começou em solo pernambucano - e o ápice desse momento histórico foi justamente a "Convenção de Beberibe".

Os fatos foram descobertos em pesquisa apoiada conjuntamente pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), pelo Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO) e pela *International Hydrographic Organization* (IHO). O Professor Historiador PhD Josemir Camilo de Melo lançará um livro sobre o assunto e são suas palavras que robustecem grande parte da presente Justificativa.

Vivia-se sob o regime da Monarquia Absolutista e nós sofriamos debaixo do jugo colonialista, totalmente sem liberdade. Em 1817, houve a gloriosa e trágica Revolução Republicana, cujo fim culminou na prisão de vários líderes. Soltos, quatro anos depois, em 1821, estes ex-presos políticos começaram a articular a derrubada do General Governador Luiz do Rego Barreto, evitando fazer movimentos na capital de então, Olinda, na Vila do Recife e na Vila de Goiana. Daí a escolha de Engenhos como lugar de conjuração, de articulação.

Na madrugada de 28 de agosto de 1821, várias tropas de milícias em diversos Engenhos se juntaram para eleger uma Junta Governativa, como prescreviam as bases da Constituição Portuguesa, a qual ainda estava sendo escrita. A aliança de Vilas, Freguesias, Engenhos tinha a missão de colocar em prática as ideias da Revolução do Porto, de 24 de agosto de 1820, para instaurar o Constitucionalismo em nossa terra.

Formada a tropa, que chegou à Vila de Goiana na madrugada de 29 de agosto, começou a discussão política, na Câmara, que durou quase um dia todo, devido à resistência de autoridades e comandantes portugueses. Por fim, venceu a campanha liberal e se elegeu um Governo sob o nome de Junta Governativa Constitucional de Goiana, cujo Presidente foi o Advogado e Vereador goianense (que fora preso político em 1817) Francisco de Paula Gomes dos Santos.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR TADEU CALHEIROS

O propósito deste Governo de Goiana foi o de consolidar, em Pernambuco, as políticas das Cortes Constitucionais portuguesas, além de combater o representante da Monarquia Absolutista, em Pernambuco, o General Governador Luiz do Rego Barreto, o algoz da Revolução Pernambucana de 1817. Durante este período, a Junta de Goiana coexistiu com o Conselho Governativo do Recife, então presidido pelo General Rego Barreto. Assim, tínhamos duas gestões: uma de resistência e a outra de imposição. O conflito armado seria inevitável.

A adesão de vários Senhores de Engenho que comandavam tropas de milícia fez com que este exército de milicianos, homens do exército português e cidadãos (como prescrevia a Assembleia Constituinte portuguesa), passasse a contar com cerca de sete mil homens. Eles cercaram a capital e o Recife.

A figura de Gervásio Pires Ferreira surgiu durante as negociações de um Tratado de Paz, pois era emissário do General Rego Barreto. Do outro lado, representando a resistência brasileira, estava Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. Ambos possuíam a missão de buscar o entendimento, a fim de evitar o confronto armado.

Desta busca pela solução, nasce a “Convenção de Beberibe”, cuja assinatura em 5 de outubro implicava a renúncia do General e a imediata partida de Luiz do Rego para Portugal. Acabava, em Pernambuco, o período de dominação portuguesa – isso aconteceu um ano, um mês e 19 dias antes de qualquer Ipiranga de Independência.

Portanto, o objetivo da presente Proposição é publicizar a semente da história nacional e do movimento constitucionalista, plantada em nosso solo ainda na data de 29 de agosto de 1821. Isso porque, apesar de seu pioneirismo e de ter saído vencedora e com seus pleitos atendidos, a Revolução de 1821 é, infelizmente, menos conhecida que as duas outras que se passaram naquele período, a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, de 1824. Trata-se de um ato singelo de agradecimento e reconhecimento.

Pedimos, por todas essas razões, o apoio dos nobres Vereadores desta Casa Legislativa para a aprovação deste Projeto de Lei Ordinária, bem como do Prefeito do município do Recife, a fim de instituir no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife o “Dia da Junta Governativa Constitucional de Goiana”, a ser comemorado anualmente em 29 de agosto.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR TADEU CALHEIROS

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 30 de Março de 2022.

Assinado digitalmente por
IVAN VASCONCELLOS DE MORAES FILHO
CPF: ***.449.904-66 DATA: 08/04/2022 09:38
LOCAL: RECIFE - PE
CODIGO: 25df68e3-6116-4d0d-bd99-94612e8c6807
REGULADO PELO DECRETO Nº 11.005/2020 (RECIFE-PE)

Vereador - PSOL

TADEU CALHEIROS
Vereador - Podemos

